

A NOVA ROTA DA SEDA: DINÂMICAS PARA A AMÉRICA LATINA E PARA A REGIÃO DO CARIBE

Anurag Tripathi¹

Abhishek R.L.²

Arun Teja³

Introdução:

A Nova Rota da Seda (NRS) é considerada a pedra angular da política externa do Presidente Xi Jinping. O conceito da NRS é inspirado na antiga Rota da Seda. No passado, era conhecida como “Um Cinturão, Uma Rota”. A ascensão da China como superpotência econômica trouxe seu próprio conjunto de desafios, tais como garantir o acesso a novos mercados e assegurar recursos energéticos para sustentar o crescimento econômico. A NRS é considerada um mecanismo através do qual a China pretende aumentar sua conectividade e sua influência global. A China busca construir essas ligações, que são necessárias para o seu crescimento sustentado, através de investimentos em infraestrutura, da abertura de corredores de transporte e econômicos, e da sua conexão com outros Estados-nação “física, financeira, digital e socialmente⁴” (Mobley, 2019, nossa tradução).

Quando a NRS foi proposta pela primeira vez, ela estava limitada a duas rotas geográficas específicas - um Cinturão Econômico da Rota da Seda terrestre e uma Rota Marítima da Seda do Século XXI (“Belt and Road Initiative (BRI)”, 2019). A NRS, porém, tem se tornado cada vez mais um empreendimento global. Embora tenha sido excluída nas primeiras fases da

1 Professor Assistente do Departamento de Estudos Internacionais, Ciência Política e História na Christ University, Bangalore, Índia. E-mail: anurag.tripathi@christuniversity.in

2 Pesquisador acadêmico no Departamento de Estudos Internacionais, Ciência Política e História Christ University, Bangalore, Índia. E-mail: anuragjnu@gmail.com

3 Pesquisador acadêmico na O.P. Jindal Global University (JGU), Índia.

4 No original: “physically, financially, digitally, and socially” (Mobley, 2019).

Nova Rota da Seda, a região da América Latina e do Caribe (LAC) foi declarada como uma “extensão natural” da Rota Marítima da Seda pelo Presidente Xi Jinping durante seu encontro com o Presidente argentino Mauricio Macri no Belt and Road Forum (Babineau & Farah, 2019). Desde a conclusão do primeiro fórum da NRS, a região da LAC começou lentamente a ficar sob o âmbito do NRS.

Apesar da distância relativa dos estados da América Latina e do Caribe, geograficamente, os líderes e diplomatas dos Estados-nação da LAC têm defendido a inclusão da região à NRS. Por exemplo, em 2015, o embaixador da Bolívia na China declarou que a NRS é “extremamente importante para o desenvolvimento futuro da Bolívia⁵” (Myers, 2018, nossa tradução). Várias outras autoridades latino-americanas como o ex-ministro das Relações Exteriores e embaixador do Peru na China, Gonzalo Gutiérrez Reinell (publicou um artigo sobre a esperança do Peru de que a Nova Rota da Seda fosse estendida à América Latina), o embaixador do Equador na China José Borja, o embaixador do Chile na China Jorge Heine etc., buscaram que a NRS fosse estendida à América Latina (ibidem). O Panamá tornou-se o primeiro estado-nação da região a assinar um acordo de cooperação com a NRS, em 2017. Depois disso, vários outros estados nacionais, como Chile, Equador, Antígua e Barbuda, República Dominicana e Jamaica, assinaram os acordos da NRS (Koop, 2019). O Peru é o último país da região a aderir à NRS, fato que ocorreu durante o segundo Belt and Road Forum.

No entanto, nem todos os Estados-nação da região se mostraram entusiasmados em aderir à Nova Rota da Seda. As maiores economias da região - Brasil e México - ainda não assinaram nenhum acordo da NRS até o momento (ibidem). O Chile é a única grande economia da região que se inscreveu para a NRS. Entretanto, recentemente o novo presidente da Argentina, o presidente Alberto Fernandez, tem alegadamente expressado seu anseio em se juntar à NRS (“Argentina wants to join China’s Belt & Road Initiative - Belt and Road News”, 2019). Mantendo o anseio, a Argentina aderiu à NRS recentemente, em fevereiro de 2022 (Lanteigne, 2022). Com o crescente interesse e participação dos Estados latino-americanos, torna-se importante entender por que a China está gradualmente tentando colocar esses Estados sob o âmbito da Nova Rota Seda e o que eles ganhariam em fazer parte desse megaprojeto. Enquanto o desenvolvimento da infraestrutura é declarado como o elemento crucial da NRS, estudiosos como Matt Ferchen expressaram preocupações com relação à ligação entre o desenvolvimento da infraestrutura e o que ela significa para a China em termos de segurança e

5 No original: “extremely important to Bolivia’s future development” (Myers, 2018).

acesso a recursos. Por exemplo, a Venezuela recebeu empréstimos pesados da China enquanto estava atolada em problemas econômicos. O exemplo venezuelano serve de alerta para outros, assim como para a China, sobre as complexidades da gestão de dívidas e dos empréstimos. A situação na Venezuela levanta questões sobre quais são os motivos estratégicos mais profundos da China e fornece um caso para analisar a NRS neste contexto.

A fim de examinar os desafios e riscos decorrentes da Nova Rota da Seda, este artigo, em sua seção inicial empreende um estudo de caso da Venezuela, explicando a provável armadilha de endividamento que surge nessa região da América Latina. A seguir, a próxima seção examina os riscos decorrentes da NRS a partir da perspectiva da teoria da dependência. Observa-se que os EUA tomaram a região latino-americana como certa. No entanto, a China parece invadir o que os EUA consideram como seu quintal. Com esta visão a posteriori, o crescente envolvimento da China na região é analisado dicotomicamente para refletir se é uma estratégia para ganhar influência ou uma extensão de ascensão pacífica na terceira seção. Os investimentos pós-pandêmicos da China na LAC foram analisados para reforçar o argumento de uma contenda entre os EUA e a China. Isto fornece uma imagem clara de como os dois gigantes econômicos globais estão movimentando seu dinheiro para sustentar sua influência sobre a LAC. Finalmente, a geopolítica digital também tem sido considerada na explicação dos riscos e desafios da NRS. Observa-se que sem qualquer regime de regulamentação de dados atualmente em todo o mundo, os Estados latino-americanos acabariam se tornando o que chamamos de *data-trap*. Considerando todas as observações, não se pode ignorar que o futuro da geopolítica não é mais explicável de forma válida através da teoria da estabilidade hegemônica ou estruturas hierárquicas. Será um centro de poder horizontalmente variado ancorado às instituições regionais, ou, voltando ao conceito de soberano, será o conceito de rei.

A Nova Rota da Seda na Venezuela: A armadilha do endividamento como uma ferramenta para ganhar alavancagem estratégica?

O Presidente Hugo Chávez da Venezuela morreu em 2013. Desde sua morte, a Venezuela vem passando por um período de grande instabilidade política. O atual Presidente da Venezuela Nicolás Maduro foi reeleito em maio de 2018 para um segundo mandato, mas os resultados foram criticados como sendo fraudulentos pela maioria dos Estados vizinhos e pelos Estados Unidos da América (Kaburi, 2019). A China, entretanto, reconheceu a eleição

do Presidente Maduro. A situação, apesar disso, se deteriorou em janeiro de 2019, quando a Assembleia Nacional, controlada pela oposição, declarou que a reeleição do Presidente Maduro era inválida. Juan Guaidó foi declarado como o presidente interino da Venezuela. Os Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e vários outros estados latino-americanos reconheceram Juan Guaidó como o presidente interino, mas a China expressou seu apoio ao Presidente Maduro (ibidem). O apoio chinês ao Presidente Maduro tornou-se evidente em fevereiro de 2019, quando a China, juntamente com a Rússia, vetou uma Resolução do Conselho de Segurança pedindo novas eleições presidenciais na Venezuela (What's behind Venezuela's political crisis?, 2019). A China tem continuado a estender seu apoio ao Presidente Maduro, na esperança de que seus interesses não sejam afetados negativamente. Isto se deve ao fato de que a Venezuela tem uma grande dívida com a China. Com os Estados Unidos apoiando um novo presidente, a China pode ter muitos problemas na Venezuela.

Isto levanta a questão de por que a China ainda está interessada nos assuntos da Venezuela, apesar de estar bem ciente dos graves problemas que a Venezuela enfrenta. A China não só tem continuado a apoiar a Venezuela financeiramente até os dias atuais, como também assinou acordos sob a bandeira da NRS. Para se ter uma ideia do motivo pelo qual a China continua a se envolver profundamente com a Venezuela, uma perspectiva histórica precisa ser analisada. Até 2003, as relações econômicas entre a China e a Venezuela eram insignificantes. No entanto, sob o governo do então presidente Hugo Chávez, o vínculo econômico sino-venezuelano cresceu exponencialmente. Do ano de 2003 para 2012, o comércio bilateral entre a China e a Venezuela aumentou cerca de 24 vezes, de US\$742.417.000 em 2003 para US\$20.000.000.000 em 2012 (Ríos, 2013).

Durante este período, a Venezuela também se tornou o quarto maior fornecedor de petróleo da China. No entanto, recentemente veio à luz que, de aproximadamente 2007 a 2014, a China havia emprestado à Venezuela uma quantia surpreendente de quase 63 bilhões de dólares (Balding, 2019). Isto equivale a cerca de 53% de todos os empréstimos chineses à América Latina durante este período (ibidem). Pequim, no entanto, insistiu sensatamente no reembolso dos empréstimos sob a forma de petróleo. O petróleo foi arranjado como garantia para o reembolso de empréstimos, já que era amplamente sabido na época que a Venezuela tinha as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo. A preocupação problemática aqui é que a maior parte deste acordo foi estabelecida quando os preços do petróleo pairavam a mais de 100 dólares por barril. Os preços do petróleo no mercado mundial flutuaram ao redor dessa cotação durante o período de aproximadamente 2007 a 2014.

No entanto, os preços do petróleo sofreram uma queda severa desde janeiro de 2016. A queda de preços tem sido tão severa que os preços do petróleo agora variam perto de cerca de 30 dólares por barril (ibidem). Isto se torna uma questão importante para a Venezuela, pois sua etiqueta de preços para completar seus pagamentos da dívida agora explodiu. Para pagar agora Pequim, a Venezuela deve enviar dois barris de petróleo para cada um dos barris com os quais havia concordado originalmente.

Os acordos chineses de investimento e empréstimo são geralmente destinados a abrir novos mercados de exportação e garantir acesso a recursos naturais (Chellaney, 2017). A razão pela qual a China tinha originalmente se aproximado da Venezuela era que, naquele momento, a China estava interessada em ganhar amigos no Hemisfério Ocidental. Isto junto com a necessidade de garantir o acesso ao petróleo também coincidiu com os interesses da Venezuela. A Venezuela estava interessada em diversificar sua base de clientes fora dos Estados Unidos (Ríos, 2013). No entanto, esta coincidência de interesses não significou que a China tivesse oferecido qualquer tipo de desconto em seus empréstimos. A China emprestou em taxas exorbitantes para a Venezuela. Agora, a China se recusa a renegociar essas dívidas, mesmo com a economia e a indústria petrolífera venezuelanas enfrentando dificuldades. Estrategicamente, a Venezuela deixou de ser o aliado mais próximo que a China tinha na América Latina e no Caribe e passou a ser um grande devedor. Uma inadimplência venezuelana poderia ter graves consequências, na visão chinesa.

Através da NRS, a China vê uma oportunidade de expandir sua influência, fazendo aliados e assegurando recursos ao mesmo tempo. Hoje a China está em uma posição ainda melhor para realizar tais negócios, para estabelecer parceiros no Hemisfério Ocidental e ao mesmo tempo garantir recursos. A China tem constantemente alavancado sua força financeira e sua experiência em infraestrutura. Com base no modelo venezuelano, a China planeja avançar com o mesmo tipo de acordo como parte da sua estratégia para a NRS (Balding, 2019). Isto é um motivo de preocupação, visto que os investimentos e empréstimos chineses vêm com condições, tais como o fato de que os projetos empreendidos em outros países devem ser concedidos às empresas chinesas e pelo menos 50% do material, do equipamento, da tecnologia ou dos serviços têm de ser originário da China (Mobley, 2019).

A relação insustentável da China com a Venezuela é um exemplo claro de como o a Nova Rota da Seda chinesa poderia levar a um cenário de endividamento. Isto junto com as cláusulas como a necessidade de conceder os projetos, no âmbito da NRS, a empresas chinesas e 50% do material, equipamento, ou serviços que tenham que ser obtidos na China é uma

questão de grande preocupação. Isto faz com que os Estados economicamente mais fracos se tornem dependentes da China a longo prazo, uma vez que são incapazes de sustentar o pagamento de empréstimos, assim como no caso da Venezuela. Este fenômeno é definido como uma armadilha de endividamento. Uma armadilha de endividamento é normalmente definida como “Uma situação em que uma dívida é difícil ou impossível de ser paga, devido aos altos juros que impedem o pagamento do valor total⁶” (“Debt Trap | Meaning of Debt Trap by Lexico”, n.d., nossa tradução). Uma armadilha de dívida ajuda a nação credora a alavancar sua influência ou pressionar os Estados-nação a seguir as políticas que beneficiam o credor. Esta é uma situação com a qual os Estados-nação menores podem se deparar caso não conseguirem pagar os empréstimos a longo prazo.

O exemplo venezuelano pode ser o caso mais extremo de uma relação de dívida que deu errado. Entretanto, esta não é uma ocorrência isolada em relação aos investimentos da China. Recentemente, muitos outros exemplos estão surgindo. O Corredor Econômico China-Paquistão (CECP) é cada vez mais analisado a respeito das maneiras como os interesses econômicos e de segurança da China podem ser prejudicados por acordos que deram errado (Ferchen, 2018). No Sri Lanka, o caso do Porto de Hambantota no qual o Sri Lanka teve de entregar o porto para arrendamento à China por 99 anos é mais um exemplo de um Estado-nação sujeito a uma armadilha de dívidas (Chellaney, 2017).

A China ainda não utilizou meios coercitivos (como uma opção militar) no caso da Venezuela. Se a China utilizar métodos mais coercivos para recuperar o dinheiro, o petróleo ou os portos que possui financiados, corre o risco de passar a impressão de que toda a sua retórica de uma relação “ganha-ganha” através da NRS e suas contribuições para o desenvolvimento cooperativo são, na verdade, apenas uma cortina de fumaça para um jogo mais tradicional de *realpolitik* de soma zero (Ferchen, 2018). Torna-se assim interessante observar a maneira como a China pretende recuperar suas dívidas da Venezuela e entender o porquê de a China continuar a emprestar enormes somas de dinheiro a estados economicamente mais fracos. A China sob a NRS continua a investir enormes somas de dinheiro de maneira similar ao que foi feito no caso venezuelano. Isso levanta a questão de até que ponto a atuação da Nova Rota da Seda na América Latina e no Caribe não é apenas uma ferramenta para a criação de um modelo de dependência.

6 No original: “A situation in which a debt is difficult or impossible to repay, because of the high-interest payments preventing repayment of the principal” (“Debt Trap | Meaning of Debt Trap by Lexico”, n.d.).

A Nova Rota da Seda: Criando um sistema de dependências?

Cada Estado-nação enfrenta a dificuldade de ter recursos limitados para satisfazer suas necessidades. Para um poder crescente como a China, torna-se essencial garantir o acesso a recursos e a novos mercados. A era do uso da força bruta e da colonização de outros Estados para alcançar o objetivo acima mencionado já passou. No estudo das Relações Internacionais, a Teoria da Dependência tenta mapear como os Estados poderosos tentam assegurar seus interesses nacionais por outros meios que não sejam essencialmente ligados à imposição da força militar como o principal método. As práticas chinesas de investimento, como as vistas no caso da Venezuela, trazem à tona o questionamento sobre se elas estão seguindo um modelo similar baseado na teoria da Dependência (Abdenur, 2017). A Teoria da Dependência no estudo das relações internacionais enfatizou sobre as restrições impostas pela ordem política e econômica mundial que impediram nações menos desenvolvidas de alcançar seu pleno potencial e que, assim, foram obrigadas a depender das economias desenvolvidas. A Teoria da Dependência foi proposta pela primeira vez no final dos anos 1950. O crédito de propor esta teoria vai para o economista e estadista argentino Raúl Prebisch. No entanto, a teoria só ganhou destaque durante os anos 1960 e 1970. O cerne dessa teoria é que os Estados-nação estão divididos em três categorias, que são o núcleo, a periferia e os estados semiperiféricos. Há uma ênfase nas relações desiguais entre os Estados do mundo inteiro (Zimmerman, 1978). Estas relações desiguais são exacerbadas na América Latina quando as indústrias europeias e estadunidenses estabeleceram seu controle econômico sobre os recursos (Kaufman et al., 1975). Esta explicação se baseia na proposta de que os Estados centrais são economicamente bem desenvolvidos, os Estados semiperiféricos são estados em desenvolvimento que estão no processo de se tornar um Estado desenvolvido e os Estados periféricos são os Estados em que há uma estrutura econômica muito frágil, geralmente causada pela falta de modernização (estes Estados periféricos são geralmente os estados anteriormente colonizados que foram explorados). O subdesenvolvimento nos estados periféricos de acordo com a teoria é causado principalmente pelo Sistema Internacional (Munro, n.d.). Os Estados-nação afetados na economia mundial (os semi-periféricos e os periféricos) são tipicamente Estados subdesenvolvidos que oferecem mão de obra barata e matérias-primas no mercado mundial. Os Estados centrais (desenvolvidos) possuem os meios para transformar os recursos em produtos acabados. Os próprios recursos vendidos pela estados periféricos como matéria-prima são vendidos de volta a eles como commodities acabadas a preços muito mais altos, esgotando seus recursos de capital. Este capital poderia ter sido dedicado ao melhoramento

da sua própria capacidade produtiva por parte dos Estados periféricos. Isto resulta em um vicioso ciclo que leva à divisão da economia mundial entre um núcleo rico e uma periferia pobre.

No contexto da Nova Rota da Seda, os chineses estão em posição de realizar negócios em que os Estados menos desenvolvidos da América Latina e da região do Caribe sejam vulneráveis e por isso se tornem vítimas, como os Estados da Teoria da Dependência. É essencial compreender a relação entre a China e a região para avaliar se está sendo criado um modelo de dependência usando a NRS como meio. As relações comerciais entre a China e a LAC não eram significativas. Isto porque a América Latina e a região do Caribe foi considerada como uma zona de influência dos Estados Unidos da América. Entretanto, a China está lentamente começando a fazer incursões consideráveis na região. O comércio anual total entre a China e a América Latina subiu para mais de 200 bilhões de dólares em 2014 (Schechter, 2019). Este é um aumento significativo e, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as exportações da América Latina para a China aumentaram em cerca de 30% em 2017 (ibidem). Este crescimento exponencial nas relações econômicas pode ser atribuída a um aumento dos preços do petróleo, dos minerais e de outras commodities. A China se tornou o maior parceiro comercial de Brasil, Chile e Peru em um curto espaço de tempo. Junto com um aumento do comércio, os investimentos da China também dispararam. A preocupação aqui é em relação ao tipo de investimento. Um relatório do Centro de Política de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston aponta para o tipo de investimentos empreendidos pela China (ibidem). As empresas chinesas usam, em grande parte, o método “greenfield” de investimento estrangeiro direto na região. A definição comumente aceita para um investimento “greenfield” é que ele é “um tipo de investimento estrangeiro direto (IED) no qual uma empresa matriz cria uma empresa subsidiária em outro Estado, construindo suas operações a partir do zero⁷”. (Abdenur, 2019, tradução nossa). Os investimentos do tipo “greenfield” autorizam a construção de novas instalações de produção. Tais empreendimentos incluem ainda a construção de novos centros de distribuição, escritórios, e alojamentos. Esta característica do tipo de investimento “greenfield” indica que ele proporciona o mais alto grau de controle para a empresa patrocinadora (ibidem). Isto poderia levar a contratos comerciais injustos, uma vez que será difícil para os Estados latino-americanos regularem os investimentos chineses. A China, nos últimos anos, tem aumentado tais investimentos na América Latina através de suas empresas. As empresas chinesas aumentaram seu investimento baseado no

7 No original: “A type of foreign direct investment (FDI) in which a parent company creates a subsidiary in a different state, building its operations from the ground up” (Abdenur, 2019).

padrão “greenfield” de IED na América Latina em aproximadamente US\$ 29,5 bilhões de 2013 a 2017 (ibidem). Desde 2008, a América Latina se tornou o segundo maior destino das finanças chinesas. A recente tendência nos investimentos chineses é que os investidores chineses estão diversificando seus investimentos para além das indústrias de extração. Seu foco geográfico que se concentrava principalmente na Venezuela também está mudando para uma perspectiva mais abrangente. Os investimentos no Brasil e na Argentina progrediram a tal ponto que os chineses estão se concentrando em projetos bancários e de infra-estrutura, tais como estradas de ferro, usinas elétricas e portos. (Schechter, 2019). Isto se assemelha muito ao modo como os acordos da NRS têm sido realizados em outros países, como o Paquistão, por exemplo, sob o corredor econômico China-Paquistão (Chellaney, 2017). Estes investimentos são um motivo de preocupação principalmente devido às políticas chinesas que têm sido criticadas por empregar métodos como a “armadilha da dívida”, para garantir seus interesses (ibidem).

Estudiosos como Matt Ferchen, no entanto, afirmaram que a Nova Rota da Seda da China é um pouco mais do que só uma “armadilha de dívidas” (Ferchen, 2018). No entanto, os números falam por eles mesmos. De acordo com um relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a partir de janeiro de 2018 em “Explorando novas formas de cooperação entre a China e a América Latina e o Caribe”, foi relatado que 80% dos empréstimos internacionais concedidos aos estados latino-americanos de 2005 a 2016 tiveram origem no Banco de Desenvolvimento da China (Schechter, 2019). O montante desses empréstimos totaliza um total assombroso de US\$141 bilhões. Isto é altamente significativo considerando o fato de que os empréstimos chineses aos governos da região excedem os empréstimos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco de Desenvolvimento da América Latina juntos (ibidem). A questão aqui é que os empréstimos concedidos pelas instituições financeiras multilaterais geralmente insistem na prestação de contas e reformas como condições para a concessão desses empréstimos. Em contraste, os empréstimos concedidos pela China não exigem medidas que insistam em reformas estruturais ou na prestação de contas. Em vez disso, eles determinam que os projetos vinculados aos empréstimos devem ser concedidos a empresas chinesas e que pelo menos 50% de material, equipamento, tecnologia ou serviços utilizados devem ser provenientes da China. Os investimentos iniciais em infraestrutura feitos pela NRS já foram sujeitos a exame minucioso devido a este tipo de prática adotada pela China. A China é conhecida por usar a estratégia da armadilha de endividamento

para “reformular as relações internacionais a seu favor⁸” (Mobley, 2019, tradução nossa). Isso geralmente é feito através da criação de um modelo de dependência com o país parceiro da NRS. Isso se reforça à medida que “mais da metade das nações que fazem parte da NRS são classificadas como sucata ou não classificadas, devido a fraquezas políticas e econômicas” (ibidem). Os estados latino-americanos têm opções limitadas e são muito vulneráveis à dependência e à coerção econômica, pois a acumulação de empréstimos sem reformas pode criar uma grave crise, como visto no caso da Venezuela.

No entanto, a NRS não pode ser recusada pela região, uma vez que a China se ofereceu para fornecer empréstimos a Estados com os quais outros financiadores estão muito relutantes em se engajar. Isto tem levado à preocupação de que se trata de um estratagema da China para ganhar ativos e construir influência através da diplomacia e da coerção econômica. Do ponto de vista regional, embora estes investimentos e empréstimos ofereçam infraestrutura e oportunidades de investimento que, de outra forma, poderiam não ter estado disponíveis. A questão quanto a se a região será capaz de evitar tornar-se vítima de coerção econômica dependerá da capacidade dos Estados da região de alcançar um equilíbrio equitativo entre os interesses da China e os seus próprios interesses. Para atingir um equilíbrio justo, os Estados precisam estar cientes de sua saúde política e econômica, bem como de sua capacidade de se proteger contra o excesso de dependência em relação à China. Mas a questão permanece sobre se as nações da América Latina e do Caribe podem deixar de serem meras nações periféricas fornecedoras de matérias primas para China que está a caminho de se tornar um Estado desenvolvido (a China ainda tem um longo caminho a percorrer antes de ser classificada como uma nação desenvolvida) ou se podem se tornar parceiros em pé de igualdade na NRS. Isto depende se a ascensão da China no cenário mundial será pacífica.

A Nova Rota da Seda: Os meios para a ascensão pacífica da China ou uma agenda de dominância na América Latina?

A Nova Rota da Seda merece tanto elogios quanto críticas. A China se interessou e investiu em Estados onde outros emprestadores estão relutantes em se engajar. Por exemplo, os fabricantes chineses BYD e Yutong venderam 200 ônibus elétricos para o Chile em 2019 (The Chile Embrace: Beijing Charts path into Latin America - Belt Road News, 2019). Tais iniciativas da China demonstram uma mudança dramática no relacionamento dela com

⁸ No original: “reshape international relations in its favor” (Mobley, 2019).

essa região. A capital do Chile (Santiago) agora têm a segunda maior frota de ônibus elétricos do mundo inteiro (ibidem). Enquanto que as maiores economias latinoamericanas, Brasil e México, permanecem céticas em relação à NRS, a China está cada vez mais focada em fazer incursões na região para Estados como o Chile. O Chile tem uma economia em rápido crescimento, um governo estável e recursos naturais, o que o torna uma meta importante para os esforços da China em expandir seu alcance global. Este desenvolvimento também mostra o progresso da tecnologia chinesa, a qual pode elaborar produtos acessíveis e ambientalmente conscientes. Isto pode ajudar imensamente as cidades super populosas da América Latina a reduzir sua poluição. Entretanto, muitos estudiosos têm argumentado que a verdadeira intenção da China é usar a NRS para melhorar sua situação econômica, política e de segurança. A China, por sua vez, declarou que esse megaprojeto é um benefício econômico para os países parceiros e tem o destaque como um dos meios para a China se desenvolver pacificamente. Este é um argumento positivo.

No entanto, é essencial olhar também a partir de outras perspectivas. O Doutor John J. Mearsheimer em seu trabalho “A Tragédia da Política das Grandes Potências” usou sua abordagem de Realismo Ofensivo para oferecer importantes insights sobre a ascensão chinesa. Um de seus principais argumentos foi que, se a China continuasse a crescer economicamente, ela acabaria por tentar dominar a Ásia. Isto fará com que os Estados Unidos (considerados como a hegemonia e o líder do mundo livre) se esforcem ao máximo para impedir que a China alcance tal hegemonia regional. O resultado deste choque de interesses nacionais, segundo o Dr. Mearsheimer será uma intensa competição de segurança com potencial significativo para guerra (Mearsheimer, 2014). Segundo ele, é pouco provável que a ascensão da China seja tranquila. Essa visão foi criticada, mas, de acordo com Jennifer Lind, a China já está seguindo as estratégias de hegemonias regionais anteriores. Ela afirma que a China está usando a coerção econômica para subordinar outros países à sua vontade (Lind, 2018). A China, segundo Jennifer Lind, está intervindo na política interna de outros Estados para obter políticas e acordos mais favoráveis para si mesma. Isto pode ser apoiado por evidência também. Pode-se ver que a China tem sido bem sucedida em implementar isto em Estados como o Camboja, que está disposto a servir como representante da China dentro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Alguns estudiosos associam o envolvimento da China utilizando a NRS na América Latina como um meio para assegurar suas necessidades energéticas sempre crescentes, o que é chamado de uma espécie de “mercantilismo energético” (Mobley, 2019). Isto vem no contexto da insegurança da China

com a capacidade dos Estados Unidos para usar seu acesso ao petróleo como uma arma. A China teme a possibilidade de ser coagida e enfrenta o dilema de Malaca (a China depende muito da importação de petróleo que tem que passar pelo Estreito de Malaca, que é considerado como um choke point - ponto de estrangulamento - e por isso poderia ser usado pelos inimigos da China para ganhar vantagem). A expansão da NRS para a América Latina e o Caribe é vista como um meio de assegurar múltiplas fontes e rotas de fornecimento de energia. A China também está construindo tais relações globalmente para garantir votos favoráveis na Assembleia Geral das Nações Unidas e em outros organismos multilaterais (Babineau & Farah, 2019). Outra prioridade para a China é fortalecer sua posição como o governo chinês legítimo no Hemisfério Ocidental (ibidem). Pequim considera Taiwan como uma província chinesa separatista. A China tenta evitar que os países estabeleçam laços com a ilha. Em 2017, o Panamá estabeleceu laços diplomáticos com Pequim depois de romper os laços com a autodeterminada Taiwan. Essa é uma grande vitória para a China, que se tornou agora o segundo cliente mais importante do Canal do Panamá, um dos canais de navegação mais importantes do mundo (Group including Chinese firm begins Panama port project, 2017). Após o Panamá, a República Dominicana cortou os laços com Taiwan em maio de 2018 e El Salvador em agosto de 2018 (Babineau & Farah, 2019). Isto deixou Taiwan com apenas 17 aliados diplomáticos formais, o que é um motivo de preocupação para os Estados Unidos da América. Esses acontecimentos indicam a vontade crescente dos Estados da LAC em aceitar a NRS e a China, o que não é bem visto pela atual superpotência estadunidense. Isto se deve ao fato de que os Estados Unidos e a China têm diferenças de opinião devido a sua visão da política mundial.

Em seu artigo “The Strategic Price of Neglect”, Peter Schechter adverte os Estados Unidos sobre o preço que pagarão se não se envolverem ativamente na região da América Latina. Os Estados Unidos consideram a América Latina como já estando em sua esfera de influência e portanto tomaram como certo que continuariam a gozar de uma influência predominante na região. Esta atitude pode ser percebida na falta de atenção dos formuladores de políticas dos Estados Unidos. É bem sabido que a América Latina não tem gozado de favoritismo comercial por parte dos negócios estadunidenses, apesar de se situar geograficamente próxima. Peter Schechter e outros estudiosos têm pedido mais assistência, mais visitas presidenciais e estruturas políticas mais criativas para a região da LAC. As incursões feitas pela China são uma ameaça para a tradicional área de influência dos Estados Unidos (Roa, 2019). O crescente interesse da China na região não tem vindo sem controvérsias. Este interesse fez com que os funcionários dos Estados Unidos passassem

a alertar a América Latina sobre a natureza “predatória” da China e sobre as armadilhas de endividamento que esta última criou para os países em desenvolvimento (Churchill, 2018).

As práticas seguidas pela China na concessão de empréstimos ou em investimentos muitas vezes exigem que os projetos feitos nos países parceiros sejam concedidos a empresas chinesas e que pelo menos 50% do material, equipamento, tecnologia ou serviços sejam de origem chinesa. Tais cláusulas, conforme explicado anteriormente, poderiam ser usadas por uma nação mais forte para pressionar Estados mais fracos. Isto cria uma espécie de dependência, já que os Estados latino-americanos e caribenhos muitas vezes não possuem a força necessária para enfrentar a China. A China também tem sido muito sigilosa, uma vez que os acordos assinados sob a NRS na região da LAC têm sido obscuros. Os projetos que têm a participação de empresas chinesas podem estabelecer um monopólio sobre matérias-primas e recursos escassos e usar seu poder para impor seu controle sobre Estados menores como os latino-americanos.

Além de todas as observações cépticas, as crescentes capacidades de energia renovável da LAC podem ser atribuídas aos investimentos chineses. Isto é feito sob Plano de Cooperação China-Países Latino-americanos e do Caribe (Lu, 2017). Mesmo quando as empresas europeias assumem os projetos, alguns de seus equipamentos são provenientes da China (Albe & Sarah, 2021). De 2011 a 2018, a maioria dos investimentos chineses foram no setor energético (Ding et al., 2021). Não apenas no setor energético, mas os investimentos chineses também são significativos em agricultura e infraestrutura (Neves & Tulio, 2022). Isto mostra que a América Latina se beneficia economicamente de investimentos chineses. Entretanto, como discutido anteriormente, os países da LAC devem ser cautelosos em relação a possíveis armadilhas da dívida.

É muito cedo para julgar se a China está utilizando a NRS na América Latina e no Caribe como uma estratégia para ganhar influência ou se a China realmente busca um desenvolvimento pacífico. Isto junto do fato de que todo o quadro da Nova Rota da Seda na região não está claro, devido à falta de transparência e à escassa disponibilidade do Memorando de Entendimento assinado no pela iniciativa da NRS na América Latina, levanta suspeitas sobre as intenções chinesas. Peter Schechter aponta que haverá inevitavelmente um debate sobre o papel da China na América Latina mais cedo ou mais tarde. Isso porque, apesar da falta de clareza no que diz respeito aos objetivos da NRS na América Latina e no Caribe, o sucesso ou o fracasso do megaprojeto na região determinará ou moldará a visão do resto mundo sobre a Nova Rota da Seda como um todo. Margaret Meyers continua a se perguntar se

a China entendeu que o apelo aos governos latino-americanos, com uma retórica inclusiva e com políticas de desenvolvimento, pode ser melhor do que a abordagem estadunidense. Se este for o caso, então a China será capaz de provar que é um líder para os Estados em desenvolvimento do mundo e que, ao aderir à NRS, o mundo se beneficia. Os Estados Unidos, por outro lado, devem ser capazes de provar que suas afirmações de que o BRI é uma ferramenta estratégica dos chineses para colocar os Estados-nação menores sob sua influência não é apenas uma mera retórica para travar a ascensão da China. Para isso, os Estados Unidos devem fornecer apoio econômico à região. No entanto, como Peter Schechter apontou corretamente, os Estados Unidos devem ir além da narrativa de olhar para os estados latino-americanos através da lente das drogas, do crime e da imigração para fornecer tal apoio. Ele afirma ainda que os Estados Unidos estão em um momento histórico onde o preço de negligenciar a região é simplesmente a abdicação de sua influência para o seu rival estratégico mais importante - a China. O autor apela para que os EUA e seus aliados construam um “arco de confiança” de nações democráticas e orientadas para o Ocidente que tenham fé na ordem baseada em regras e que escolham a abertura e a inclusão para todos.

No entanto, a construção de uma ordem internacional baseada em tais regras será um desafio. O Doutor Evan Ellis, que é professor de pesquisa de Estudos Latino-Americanos na Faculdade de Guerra do Exército dos EUA, aponta para como a China não adere aos principais inquilinos da ordem mundial liberal (Ellis, 2019). A forma como a China opera é um desafio para os Estados Unidos, visto que o aumento da influência chinesa em um mundo no qual os Estados Unidos têm promovido seus objetivos ativamente através de sua política externa configura uma ameaça para toda essa estrutura. A China também tem sido acusada do desejo de ganhar influência hemisférica. A China tem demonstrado uma atitude em grande parte desprovida de considerações sobre questões como degradação ambiental, estado de direito, instituições democráticas em funcionamento, e repressão interna. Por exemplo, na capital do Equador (o Equador assinou o acordo da NRS), Quito, dispositivos de vigilância por vídeo de fabricação chinesa são instalados nas esquinas das ruas e dentro de edifícios (Carvalho, 2019). Em 2011, o Equador introduziu um sistema de monitoramento em espaços públicos que compreende também a tecnologia de reconhecimento facial. A adoção de tais tecnologias chinesas deu origem a preocupações relacionadas aos direitos humanos, uma vez que as imagens capturadas usando estas câmeras do tipo CCTV também têm sido usadas para vigilância e coleta de informações. O uso de tal tecnologia ajuda na repressão interna (ibidem). A falta de privacidade e de preocupação com os direitos humanos ajuda a explicar a disposição da

China de emprestar grandes quantias de dinheiro para o regime de Maduro na Venezuela. A China demonstrou que não está preocupada com valores tais como direitos humanos, Estado de direito, etc. Desde que a China veja uma oportunidade de assegurar suas demandas, precisa continuar a ajudar os governos de seus aliados. O resultado de tal desconsideração para com as normas estabelecidas pode levar a um confronto. A visão amplamente dominante estadunidense é que as empresas chinesas estão prejudicando a América Latina ao investir principalmente nas áreas de extração e transporte de suas preciosas matérias primas.

Além da exploração dos recursos naturais e dos riscos econômicos da NRS, a nova esquerda também parece apoiar os chineses e não os europeus e os EUA. Os aumentos dos investimentos chineses em recursos naturais e em infraestrutura fazem parte da abordagem da nova esquerda na LAC (Pickup, 2018). Os líderes Hugo Chavez, Evo Morales, Rafael Correa são considerados proponentes da “nova esquerda” na LAC. Hugo Chavez defendeu abertamente um mundo multipolar mostrando sutilmente seu ressentimento em relação à crescente hegemonia americana (Ellner, 2012), P. 104). A recém eleita líder Xiomara Castro de Honduras (Arsenault, 2021), Gustavo Petro de Columbia (Vishwanathan, 2022), líderes do Chile e do Brasil (Londono et al., 2022), e México, Argentina, Bolívia, Peru (The Economist, 2022) são categorizados como nova esquerda. A partir desse fato, não é um exagero inferir que eles permitiriam o aumento da influência chinesa.

Para a região da América Latina e do Caribe, um confronto entre os Estados Unidos e a China pode levar a consequências desastrosas e atrasar sua busca pelos seus objetivos de desenvolvimento. Por isso, os Estados latino-americanos devem ser cuidadosos enquanto assinam os acordos da NRS, pois há uma possibilidade de que os Estados-nação sejam forçados, como aconteceu durante a Guerra Fria, a escolher lados. O desafio para os Estados da LAC será explorar as possibilidades que a competição entre EUA e China oferece a eles sem que se tornem vítimas dessa disputa.

Investimentos pós-pandêmicos da Nova Rota da Seda

O diretor de investimentos e empreendimentos da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), James Zhan, disse que as economias da região da LAC seriam empurradas para uma profunda recessão por causa da pandemia da COVID-19 (UNCTAD, 2020). O principal fator para isso é visto como sendo a redução dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na região. Antes do COVID-19

atingir o mundo, os fluxos de IED para esta região estavam atolados com implicações estratégicas. Logo no início da pandemia no mundo, é possível perceber uma crescente afluência de capitais chineses à região. Em 2018, a China foi responsável por mais de 20% do fluxo de IED nas regiões (Chen, 2018). Os chineses investiram em empresas de alta tecnologia promovendo ativos globais (Rolando Avendano, 2017, p. 4). A tendência da China de aumentar os fluxos de capital externo está definitivamente ajudando a região da LAC, embora seja um movimento estratégico. O papel da China na LAC, no mundo pós-pandêmico, será o mesmo que foi durante os tempos da crise financeira de 2008? Pode-se argumentar que é possível ir para os dois lados, mas a maioria dos investimentos aumentaria. Não pode ser ignorado que a China tem potencial para prestar assistência financeira e técnica à LAC e é um concorrente em pé de igualdade com os EUA. Antes da pandemia, o declínio dos investimentos dos EUA na América Latina foi atribuído à saída dos estadunidenses da Parceria Transpacífica [TPP] (Rolando Avendano, 2017, p. 5). Os crescentes distúrbios políticos internos nos EUA abriram uma oportunidade para a China estender uma mão estratégica de ajuda aos países da LAC. O foco crescente da China no setor de serviços a incentiva ainda mais a fornecer sistemas de vigilância e serviços de saúde. Já empresas chinesas como Huawei, ZTE e Bank of Communications fizeram suas incursões no mercado doméstico (Robert Greene, 2020, p. 7). Tencent é vista como um investidor emergente para as empresas iniciantes da região (Asia Unbound, 2021). Um artigo publicado no *The Diplomat* argumenta que se a LAC perceber que a China está empenhada no caminho neocolonial para derrubar a hegemonia dos EUA globalmente, os estados da LAC teriam menos incentivo para cooperar (Bernhard, 2021). Mas um relatório da Baker McKenzie diz que a pandemia de Covid-19 deu origem aos investimentos no desenvolvimento da infraestrutura digital (GRI News Reports, 2020, p. 5). Outra grande abertura para a China são seus investimentos no setor da saúde (Koop, 2020). Estas duas áreas seriam suficientes para conquistar toda a influência, se feitas de forma eficaz. Tecnologias digitais como a inteligência artificial e sistemas de vigilância proporcionariam à China acesso aos dados dos cidadãos. Tal acesso, se não regulamentado, daria à China o controle da percepção da LAC. Entretanto, o argumento de hegemonia e controle social não pode ser aplicado somente para a China. Ele se implica igualmente aos EUA. Assim, cabe aos Estados da América Latina e do Caribe (LAC) decidir em que condições eles permitiriam os investimentos.

A importância estratégica da região da LAC pode ser compreendida observando-se os registros aduaneiros da China durante a pandemia. Sua importação de alimentos aumentou durante o primeiro trimestre de 2020 (Yunxia, 2020). Este comércio garantiu o livre fornecimento de alimentos para

a China durante a pandemia. Os estudiosos opinam que as futuras guerras seriam travadas por causa de alimentos e água. Em tal cenário, estender os laços pelo mundo e assegurar o interesse nacional torna-se inevitável. A China parece ser o caminho certo para enfrentar suas crescentes demandas.

O conflito entre a potência dominante, os Estados Unidos, e a grande potência emergente, que é a China, é melhor explicado pela Teoria da Transição do Poder de Organski. Essa subteoria neo-realista propõe fortemente que o poder nacional inclua os aspectos socioeconômicos e recursos políticos. Tal desenvolvimento na compreensão do conceito de poder é derivado dos frutos econômicos proporcionados pela industrialização, pela mudança demográfica e pela capacidade da elite para fazer uso de uma demografia industrial qualificada (Kugler & Organski, 1989, p. 181). O poder de um Estado é calculado por Poder = (Produção Econômica per Capita x População) x Capacidade Política Relativa Onde a Capacidade Relativa de Poder (RPC) é a relação entre a receita esperada e a receita gerada. Quando tal poder calculado de grande poder excede os poderes dominantes, o conflito surge. No caso da Nova Rota da Seda da China e sua briga com os EUA, a RPC da China pode ter aumentado quando comparada com a RPC dos EUA nessa região. Os EUA consideram a China como um Estado beligerante. Gilpin argumenta que um Estado dominante tentaria proteger seu status como hegemon quando emerge um rival. Ele também propõe que um hegemon concorrente possa surgir com sucesso, caso ele tenha tecnologia superior e capacidade organizacional (Gilpin, 1988, p. 8).

A Rota da Seda Digital da China

A Rota da Seda Digital (RSD), que foi anunciada em 2015 no Livro Branco do governo chinês visa fornecer assistência para melhorar as comunicações digitais, as capacidades da rede, e quase todas as outras infraestruturas de internet essenciais. Não apenas com financiamento, a China também ajuda seus países vizinhos de outras maneiras, como a Huawei na exportação de suas tecnologias inovadoras tipo o 5G. Dada a volatilidade política na LAC, não deve surpreender o mundo se eles pedirem tecnologia de vigilância de alta tecnologia da China. Tais tecnologias, sem qualquer regime de regulamentação de dados atualmente em todo o mundo, acabariam por levar os estados da LAC ao que chamamos de “armadilha de dados”.

Não apenas com a China, mas o medo de entrar em uma armadilha de dados seria verdade, mesmo que os Estados tomassem assistência dos EUA. Os vazamentos de Edward Snowden indicam que o governo dos EUA não é diferente da China quando se trata de comportamento de vigilância. Pelo menos, o governo de Xi Jinping enfatiza a soberania cibernética. A

China até declarou que todos seus projetos de infraestrutura digital ao longo da NRS adeririam às leis soberanas das regiões pelas quais passará (Robert Greene, 2020). Outro desenvolvimento interessante do RSD é que ele não é realizado como uma abordagem de cima para baixo. Ao invés disso, as empresas chinesas são incentivadas a prestar serviços internacionais (Robert Greene, 2020). Isto faz com que a armadilha de dados seja invisível. A fim de ficar longe da armadilha de dados, os países clientes da RSD devem conhecer as leis domésticas chinesas e também devem se preocupar com a estrutura social e política da nação. No entanto, o apoio imediato à infraestrutura de saúde e uma infraestrutura digital barata e confiável só são fornecidos pela China. Além disso, as pessoas dos países clientes são treinadas e educadas, além de apenas receberem a tecnologia. Este acordo de armadilha de dados vem na forma de cavalo de tróia, se a China optar pela espionagem de dados.

A desvantagem que os estados da LAC encontrarão é a distância geográfica da China. As infraestruturas digitais alternativas podem ser aproveitadas a partir dos EUA a algum custo. Se a China tem que estabelecer sua influência, tem que se envolver completamente com a LAC. Toda a infraestrutura digital da região, especialmente a fabricação de hardware, deve ser feita na LAC. Até agora, a RSD tornou visível sua entrada em nações africanas. Os EUA com seu ego de superioridade cultural não pode estabelecer outro lar na África e adotar algumas das culturas africanas. O segundo Fórum da Rota da Seda, pela primeira vez, realizou uma sessão sobre a RSD. Ela propôs mais de 30 estados, incluindo Cuba. No âmbito da infraestrutura digital, o Brasil é a região mais investida pela empresa chinesa Huawei. Essa empresa está envolvida na construção de infraestrutura de rede, instituições de pesquisa e treinamento (Malena, 2021, p. 8).

O governo estadunidense anunciou em meados de 2008 a Conectividade Digital e Parceria de Cibersegurança (DCCP), voltada para o Indo-Pacífico. Tais parcerias devem ser iniciadas na região da LAC para sustentar sua influência. No entanto, não se pode ignorar que o futuro da geopolítica não é mais explicável de forma válida através da teoria da estabilidade hegemônica ou das estruturas hierárquicas. Ou haverá polos de poder horizontalmente variados ancorados às instituições regionais, ou, voltando ao conceito de soberano, haverá o conceito de rei.

Conclusão

A NRS evoluiu significativamente a partir do conceito inicial de Um Cinturão e Uma Rota (OBOR) proposto pelo Presidente Xi Jinping em 2013. Os líderes e diplomatas da América Latina e do Caribe estão indicando uma

maior disposição para fazer parte da NRS. Apesar das grandes economias, como Brasil e México, ainda não assinarem os acordos da NRS, o engajamento chinês com esses Estados é um de seus objetivos. A China tem feito isso com Estados como o Chile, o que permitiu a ela tornar-se um agente político importante na região. A China também diversificou seus engajamentos e passou de um foco estreito apenas na Venezuela para incluir mais Estados como parceiros na região. A maior preocupação com a NRS nesta região tem sido com o que a China busca ganhar incluindo a região sob a bandeira da NRS. Apesar do crescente interesse chinês em ampliar a Nova Rota da Seda para a região da LAC e o entusiasmo sustentado na própria região sobre essa possibilidade, não fica claro o que exatamente a NRS pretender fazer com a região (China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean, 2018). Uma possibilidade é que os Estados da América Latina e do Caribe possam atrair mais apoio financeiro do Estado chinês, como resultado da adesão à NRS (Myers, 2018). Os investimentos chineses em infraestrutura podem vir a ser uma bênção para esta região, especialmente porque a região procura resolver seu déficit crítico (ibidem).

O outro desafio para a região é que muitos projetos chineses têm sido cada vez mais questionados por organizações não-governamentais devido a violações dos direitos humanos (Carvalho, 2019). Por exemplo, a Bolívia adotou um “sistema de resposta a emergências” desenvolvido por uma empresa. A empresa em questão foi financiada com um empréstimo de Pequim (ibidem). O sistema de resposta de emergência é utilizado para a vigilância de seus próprios cidadãos. Isto é perturbador, pois a vigilância é usada por regimes autoritários para reprimir qualquer tipo de oposição e para reprimir as pessoas de expressarem sua opinião. A Venezuela começou a emitir cartões da pátria desde 2016 utilizando tecnologia chinesa (ibid.). O cartão da pátria é um certificado de identidade que os ativistas de direitos humanos temem que seja usado para vigilância ou para infringir a privacidade. Outro obstáculo emergente tem sido o não-cumprimento das normas ambientais por parte dos chineses. O acadêmico argentino Ariel Armony e o pesquisador mexicano Enrique Dussel Peters afirmam que a maioria dos projetos na região tem sido confrontada com uma resistência local devido a preocupações ambientais (ibidem). Os povos indígenas estão preocupados com a poluição e os danos causados aos seus moradores e à sua subsistência. Na Argentina, a construção das represas hidrelétricas Condor Cliff e La Barrancosa terminou em controvérsia. Os trabalhos de construção das barragens planejadas para serem construídas em Santa Cruz, na Argentina, foram iniciados sem uma avaliação de impacto ambiental. Isto levou o Supremo Tribunal Argentino a ordenar a suspensão dos projetos. Tal desconsideração pelas normas ambientais levou a um grave retrocesso, mas segundo as empresas chinesas a comunidade não

é um interlocutor válido, apenas o governo é (ibid.). Este tipo de diferença cultural e a diferença em termos de configuração política poderia levar a um grave choque de interesses. De acordo com Po Chun Lee, um economista taiwanês-equatoriano, o outro problema significativo é que “Onde quer que a China invista, eles tornam esse lugar muito chinês”. Eles não dão importância à cultura nativa. Os chineses separam ou segregam os trabalhadores em termos de dividi-los em um acampamento chinês e um acampamento local. O problema aqui é que a China não leva a sério o cumprimento das normas internacionais. Esta é a própria razão pela qual existe uma visão cética em relação ao que a China faz. Esta é também a razão pela qual os realistas ofensivos, como John Mearsheimer, argumentam que a China não irá se desenvolver pacificamente, pois apesar de ter interdependência econômica com outros Estados, as práticas chinesas são um desafio à ordem estabelecida, baseada em regras que os Estados Unidos, a única superpotência, tem promovido. A posição chinesa no Mar do Sul da China, onde eles rejeitaram uma decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem - o arrendamento de 99 anos do Porto de Hambantota às empresas chinesas - devido ao fato do Sri-Lanka ter sido pego em uma armadilha de endividamento, mostrou claramente as políticas coercitivas da China em relação a Estados mais fracos (Chellaney, 2017). Esta é a razão pela qual os investimentos chineses estão sujeitos a um severo exame minucioso.

É também por isso que a política global pode vir a ser o fator decisivo no contexto do sucesso da NRS na região. Peter Schechter prevê que a América Latina é onde a luta para expandir o arco de confiança deve ser bem sucedida. O choque entre a superpotência atual, os Estados Unidos, e seus aliados contra a crescente potência chinesa vai manifestar-se nesta região. O potencial de crescimento da região faz dela um terreno possível para um conflito entre os Estados Unidos e a China. Se os Estados Unidos forem capazes de ampliar o apoio às economias da região, então as oportunidades chinesas de estender sua influência poderão diminuir. O desafio para os Estados da América Latina e do Caribe será explorar as possibilidades que os Estados Unidos da América e a concorrência chinesa oferecem sem se tornar suas vítimas. Isto não significa que o investimento chinês deva ser evitado ou que a NRS deva ser vista apenas de uma perspectiva negativa. Como já foi dito, a China está disposta a emprestar a Estados para os quais os outros não estão dispostos a emprestar. O investimento chinês, entretanto, deve ser melhor esclarecido e depende da capacidade dos países latino-americanos de garantir que eles obtenham negócios justos e transparentes. Para que a região se beneficie da NRS, ela deve pensar de forma estratégica e colaborativa sobre o desenvolvimento da infraestrutura regional. Juntos, os estados latino-americanos poderiam estar em melhor posição para conquistar benefícios, ao invés de fazerem acordos

de Estado a Estado com a China. As empresas chinesas, por sua vez, também expressaram o difícil ambiente de investimento como um grande desafio para prosseguir com os acordos da NRS. A grande distância entre a China e a América Latina, juntamente com ambientes regulatórios e processos de licitação complexos, atua como um impedimento para uma maior cooperação (Zhimin, 2018). Assim, para que os Estados latino-americanos e caribenhos se beneficiem, eles devem se concentrar em ter planos bem desenvolvidos para projetos de infraestrutura doméstica, estratégias regionais e até sub-regionais, ao mesmo tempo em que facilitam os ambientes regulatórios e os processos de licitação (Myers, 2018). Os estados da América Latina e do Caribe também devem criar as condições fundamentais necessárias para atrair investidores chineses. Como aponta Margaret Myers, os estados latino-americanos devem garantir que os projetos sejam orientados pela demanda e promover o crescimento econômico sustentável, responsável e de longo prazo. O maior desafio, portanto, está na capacidade dos Estados-nação latino-americanos e caribenhos de construir uma relação baseada na igualdade, e evitarem tornar-se uma vítima da rivalidade das superpotências ou serem reduzidos a meros Estados periféricos completamente dependentes da China para suas necessidades.

REFERÊNCIAS

- Abdenur, A. (2017). Skirting or Courting Controversy? Chinese FDI in Latin American Extractive Industries. *Revue Internationale De Politique De Développement*, 9(9), 174-198. doi: 10.4000/poldev.2365
- Albe, Ignacio. Sarah, Phillips. (2021). China's Renewable Energy Investment in Latin America. *The Dialogue*. Retrieved from <https://www.thedialogue.org/blogs/2021/09/chinas-renewable-energy-investment-in-latin-america/>
- Argentina wants to join China's Belt & Road Initiative - Belt & Road News. (2019). Retrieved from <https://www.beltandroad.news/2019/12/18/argentina-wants-to-join-chinas-belt-road-initiative/>
- Arsenault, Chris. (2021). How left-wing forces are regaining ground in Latin America. *Aljazeera*. <https://www.aljazeera.com/features/2021/12/14/how-left-wing-forces-are-regaining-ground-in-latin-america>
- Asia Unbound. (2021, January 19). China's Growing Trade and Investment in Latin America Outpaces Its Influence in the Region's Media and Civil Society. Retrieved from Council on Foreign Relations: <https://www.cfr.org/blog/chinas-growing-trade-and-investment-latin-america->

outpaces-its-influence-regions-media-and

- Babineau, K., & Farah, D. (2019). Extra-regional Actors in Latin America: The United States is not the Only Game in Town. *PRISM*, 8(1), 96-113. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/e26597304>
- Balding, C. (2019). Venezuela's Road to Disaster Is Littered With Chinese Cash. Retrieved 2019, from <https://foreignpolicy.com/2017/06/06/venezuelas-road-to-disaster-is-littered-with-chinese-cash/>
- Belt and Road Initiative (BRI). Retrieved 20 November 2019, from <https://www.ebrd.com/what-we-do/belt-and-road/overview.html>
- Bernhard, I. (2021, January 16). China Is Expanding Its Foreign Policy Vision. Is Latin America Ready? Retrieved from *The Diplomat*: <https://thediplomat.com/2021/01/china-is-expanding-its-foreign-policy-vision-is-latin-america-ready/>
- Carvalho, R. (2019). China in Latin America: partner or predator?. Retrieved September 2019, from <https://multimedia.scmp.com/week-asia/article/3011618/beijing-conquest-latin-america/index.html>
- Chellaney, B. (2017). China's Debt-Trap Diplomacy | by Brahma Chellaney. Retrieved from <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debt-by-brahma-chellaney-2017-01?barrier=accesspaylog>
- Chen, M. X. (2018, October 11). Foreign investment growth in the Belt and Road economies. Retrieved from [worldbank.org: https://blogs.worldbank.org/trade/foreign-investment-growth-belt-and-road-economies](https://blogs.worldbank.org/trade/foreign-investment-growth-belt-and-road-economies)
- China's Belt and Road Initiative in Latin America and the Caribbean. (2018). *Strategic Comments*, 24(10), 8-9. doi: 10.1080/13567888.2018.1565141
- Churchill, O. (2018). Pompeo warns Panama about accepting China's 'belt and road' loans. Retrieved 2019, from <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/2169449/mike-pompeo-warns-panama-and-other-nations-about-accepting>
- De Castro Neves, L. A. D., & Cariello, T. (2022). China's Growing Presence in Brazil and Latin America. In *Transition and Opportunity* (pp. 73-87). Springer, Singapore.
- Debt Trap | Meaning of Debt Trap by Lexico. Retrieved from https://www.lexico.com/definition/debt_trap
- Ding, D., Di Vittorio, F., Lariau, A., & Zhou, Y. (2021). Chinese Investment in Latin America: Sectoral Complementarity and the Impact of China's Rebalancing. International Monetary Fund. Retrieved from <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/06/07/Chinese->

Investment-in-Latin-America-Sectoral-Complementarity-and-the-Impact-of-Chinas-50217

- Ellis, R. (2019). The U.S. Military in Support of Strategic Objectives in Latin America and the Caribbean. *PRISM*, 8(1), 26-39. Retrieved from https://cco.ndu.edu/Portals/96/Documents/prism/prism8_1/190306_PRISM8_1_Ellis.pdf?ver=2019-03-05-152841-827
- Ellner, S. (2012). The distinguishing features of Latin America's new left in power: The Chávez, Morales, and Correa governments. *Latin American Perspectives*, 39(1), 96-114.
- Ferchen, M. (2018). China, Venezuela, and the Illusion of Debt-Trap Diplomacy. *Asiaglobal Online Journal*. Retrieved from <https://www.asiaglobalonline.hku.hk/china-venezuela-debt-trap-diplomacy/>
- Gilpin, R. (1988). Theory of Hegemonic War. *Journal of Interdisciplinary History*, 591-613.
- GRI News Reports. (2020). CHINA'S BRI & LATIN AMERICA: A New Wave of Investments? Baker McKenzie. Retrieved from: <https://www.globalcompliancenes.com/2020/12/05/china-chinas-belt-and-road-initiative-bri-and-latin-america-a-new-wave-of-investments-09112020/>
- Group including Chinese firm begins Panama port project. (2017). Retrieved from <https://in.reuters.com/article/china-panama/group-including-chinese-firm-begins-panama-port-project-idINL8N1MU072>
- Kaburi, R. (2019). Venezuela's Political Crisis - The Organization for World Peace. Retrieved 2019, from <https://theowp.org/reports/venezuelas-political-crisis/>
- Kaufman, R. R., Chernotsky, H. I., & Geller, D. S. (1975). A preliminary test of the theory of dependency. *Comparative Politics*, 7(3), 303-330.
- Koop, F. (2019). Belt and Road: The new face of China in Latin America. Retrieved 5 June 2019, from <https://dialogochino.net/26121-belt-and-road-the-new-face-of-china-in-latin-america/>
- Koop, F. (2020, July 30). Coronavirus reshapes Belt and Road in Latin America. Retrieved from Dialogo Chino: <https://dialogochino.net/en/infrastructure/36699-coronavirus-reshapes-belt-and-road-in-latin-america/>
- Kugler, J., & Organski, A. F. (1989). The Power Transition: A Retrospective and Prospective Evaluation. In M. I. Midlarsky, *Handbook of war studies* (pp. 171-194). Routledge.
- Lanteigne, Marc. (2022). Argentina Joins China's Belt and Road. *The Diplomat*.

- Retrieved from <https://thediplomat.com/2022/02/argentina-joins-chinas-belt-and-road/>
- Lind, J. (2018). Life in China's Asia. Foreign Affairs. Retrieved from <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-02-13/life-chinas-asia>
- Londono, Ernesto. Julie, Turkewitz. Flavia, Milhorance. (2022). Leftists Are Ascendant in Latin America as Key Elections Loom.
- Lu, J. (2018). China-LAC Energy Cooperation. Retrieved from <https://ecommons.cornell.edu/bitstream/handle/1813/57406/JunLu-CIPAProfessionalReport.pdf?sequence=1>
- Malena, J. (2021, January 19). The Extension of the Digital Silk Road to Latin America:. Retrieved from Council on Foreign Relations: <https://cdn.cfr.org/sites/default/files/pdf/jorgemalenadsr.pdf>
- Mearsheimer, J. (2014). Can China Rise Peacefully?. The National Interest. Retrieved from <https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>
- Miller, B. (1992). Explaining Great Power Cooperation. *World Politics*, 45(1), 1-46. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/2010517>
- Mobley, T. (2019). The Belt and Road Initiative. *Strategic Studies Quarterly*, 13(3), 52-72. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/10.2307/26760128>
- Munro, A. dependency theory | Definition & Facts. Retrieved from <https://www.britannica.com/topic/dependency-theory>
- Myers, M. (2018). China's Belt and Road Initiative: What Role for Latin America?. *Journal Of Latin American Geography*, 17(2), 1-5. Retrieved from <https://digitalcommons.lsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1181&context=jlag>
- Pickup, M. (2019). The political economy of the new left. *Latin American Perspectives*, 46(1), 23-45.
- Ríos, X. (2013). China and Venezuela: Ambitions and Complexities of an Improving Relationship. *East Asia*, 30(1), 53-65. doi: 10.1007/s12140-012-9185-0
- Roa, C. (2019). The United States is Losing Latin America to China. Retrieved 2019, from <https://nationalinterest.org/feature/united-states-losing-latin-america-china-73906>
- Robert Greene, P. T. (2020, May 8). Will China Control the Global Internet Via its Digital Silk Road? Retrieved from Carnegie Endowment for International Peace: <https://carnegieendowment.org/2020/05/08/will-china-control-global-internet-via-its-digital-silk-road-pub-81857>
- Rolando Avendano, A. M. (2017). Chinese FDI in Latin America: New Trends

- with Global Implications. Washington: Atlantic Council.
- Schechter, P. (2019). The Strategic Price of Neglect. *PRISM*, 8(1), 12-25. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/10.2307/26597307>
- The Chile Embrace: Beijing Charts path into Latin America - Belt & Road News. (2019). Retrieved 2019, from <https://www.beltandroad.news/2019/03/08/the-chile-embrace-beijing-charts-path-into-latin-america/>
- The Economist. (2022). A new group of left-wing presidents takes over in Latin America. Retrieved from <https://www.economist.com/the-americas/2022/03/12/a-new-group-of-left-wing-presidents-takes-over-in-latin-america>
- UNCTAD. (2020, June 16). Foreign investment in Latin America expected to halve in 2020. Retrieved from [unctad.org: https://unctad.org/news/foreign-investment-latin-america-expected-halve-2020](https://unctad.org/news/foreign-investment-latin-america-expected-halve-2020)
- Vishwanathan, R. (2022). With a New Leftist President, Colombia Heralds Pink Tide in Latin America. *The Wire*. Retrieved from <https://thewire.in/world/colombia-gustavo-petro-latin-america-pink-tide>
- What's behind Venezuela's political crisis?. (2018). Retrieved 2019, from <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-36319877>
- Youkee, M. (2019, May 7). The Panama Canal Could Become the Center of the U.S.-China Trade War. Retrieved from *Foreign Policy*: <https://foreignpolicy.com/2019/05/07/the-panama-canal-could-become-the-center-of-the-u-s-china-trade-war/>
- Yunxia, Y. (2020, November 17). China and Latin America must use BRI to deepen cooperation. Retrieved from *Chinadaily*: <http://www.chinadaily.com.cn/a/202011/17/WS5fb3138da31024ad0ba947b1.html>
- Zhimin, Y. (2019). BRI boosts cooperation with Latin America - Opinion - *Chinadaily.com.cn*. Retrieved August 2019, from <http://www.chinadaily.com.cn/a/201811/29/WS5bff2877a310eff30328baaf.html>
- Zimmerman, W. (1978). Dependency theory and the Soviet-East European hierarchical regional system: initial tests. *Slavic Review*, 37(4), 604-623.

RESUMO

A Nova Rota da Seda (NRS) está se tornando cada vez mais um empreendimento global e recentemente foi estendida à Região da América Latina e Caribe (LAC). A diversidade dos estados-nação que compõem a região coloca vários desafios no que diz respeito à associação dessa região com a NRS. Por exemplo, a Venezuela recebeu empréstimos pesados da China enquanto estava atolada em problemas econômicos. O exemplo venezuelano serve de alerta para outros, assim como para a China, sobre os meandros da gestão da dívida e dos empréstimos. Este documento tem como objetivo estudar os desafios e riscos decorrentes da extensão da Nova Rota da Seda à América Latina e à região do Caribe. Este documento também tenta analisar se é possível obter um resultado vantajoso tanto para a China quanto para os Estados-nação da América Latina e do Caribe e o que a China procura da região. Foi feita uma tentativa de avaliar o papel que o ambiente global pode desempenhar nesta relação em evolução entre a China e os Estados-nação da América Latina e do Caribe. O documento também analisa o investimento pós-pandêmico da NRS na região da LAC.

PALAVRAS-CHAVE

Armadilha de dívidas, Alavancagem estratégica, Teoria da dependência, China, LAC, NRS, Venezuela.

*Recebido em 26 de abril de 2022
Aprovado em 30 de junho de 2022*

Traduzido por João Pedro Lopes Gonçalves